

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL	5
INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA	5
QUESTÕES INSTITUCIONAIS	5
Criação de lista pública antimarketing de consumidores	5
PL 2600/2022 - Autoria: Dep. RONALDO MARTINS (REPUBLICANOS/CE), que "Disciplina o marketing direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona." ... 5	
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	6
OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS	6
Vínculo empregatício para trabalhadores de plataformas digitais de entregas de mercadorias e de aplicativos de transporte e proibição de trabalho intermitente	6
PL 2619/2022 - Autoria: Dep. ALEXANDRE FROTA (PSDB/SP), que "Ficam obrigadas as plataformas digitais de entrega de qualquer tipo de mercadoria e de aplicativos de transporte de passageiros a realizar o registro na Carteira de Trabalho, com todos os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho." 6	
RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO	6
Criminalização da prática de violência eleitoral no ambiente de trabalho	6
PL 2586/2022 - Autoria: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), que "altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Institui o Código Eleitoral) e a Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021, na parte que dispõe sobre crimes contra o Estado Democrático de Direito, para dispor sobre conduta de empregador, contratante, prestador ou tomador de serviço e parceiro que, no ambiente laboral ou em decorrência do contrato de trabalho, de prestação de serviço ou parceria, ofereça, prometa ou solicite voto para si ou para outrem em troca de dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem." 6	
Restrições para pessoas jurídicas cujos sócios ofendam seus empregados em razão de opinião política	7
PL 2587/2022 - Autoria: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), que "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, para aplicar restrições a pessoas jurídicas cujos sócios ou dirigentes adotem condutas de ofensa, prejuízo ou redução de direitos e bens contra seus empregados, prestadores de serviço ou parceiros, em razão da liberdade de consciência e opinião política e dá outras providências." 7	
Dano extrapatrimonial decorrente da ofensa de empregadores sobre a opinião política dos empregados.....	8
PL 2590/2022 - Autoria: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), que "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a caracterização de dano de natureza extrapatrimonial a ofensa, prejuízo ou redução de	

<i>direitos e bens praticada por empregadores em razão da liberdade de consciência e opinião política dos empregados."</i>	8
CUSTO DE FINANCIAMENTO	8
CRÉDITO SUBSIDIADO	8
<i>Instituição de medidas de estímulo por meio de linhas de crédito às startups e às MPES</i>	8
<i>PL 2591/2022 - Autoria: Dep. Dr. Leonardo (REPUBLICANOS/MT), que "Dispõe sobre medidas de estímulo às startups, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas."</i>	8
<i>Criação de linhas de crédito ao micro e pequeno empreendedor concedido pelo BNDES</i>	9
<i>PL 2617/2022 - Autoria: Dep. ALEXANDRE FROTA (PSDB/SP), que "Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) serão criadas linhas de crédito ao micro e pequeno empreendedor e dá outras providências."</i>	9
INFRAESTRUTURA	10
<i>Definição de obras de infraestrutura de construção de pontes e estradas como de utilidade pública</i>	10
<i>PL 02589/2022 - Autoria: Dep. Mara Rocha (MDB/AC), que "Altera a Lei 12.651/2012 e Lei nº 6.001/1973, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de construção de pontes e estradas asfaltadas ou não, nas áreas de Preservação Permanente, Áreas de Proteção Ambiental, áreas de Reservas Indígenas ou não indígenas e Parques Nacionais, com o objetivo de interligar comunidades, municípios e estados"</i>	10
SISTEMA TRIBUTÁRIO	10
CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS	10
<i>Redução de alíquota da contribuição social patronal sobre a folha salarial do setor de saúde</i>	10
<i>PL 2595/2022 - Autoria: Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF), que "Dispõe sobre a redução de alíquota da contribuição social patronal sobre a folha salarial do setor de saúde."</i>	10
INFRAESTRUTURA SOCIAL	11
EDUCAÇÃO	11
<i>Demonstração de transparência e da regularidade dos repasses de recursos do FUNDEB ao Sistema S</i>	11
<i>PL 2593/2022 - Autoria: Dep. Dr. Leonardo (REPUBLICANOS/MT), que "Acrescenta parágrafo ao art. 31 da Lei nº 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –</i>	

Fundeb, para incluir, na prestação de contas da utilização dos recursos, a demonstração da transparência e da regularidade dos repasses de recursos financeiros desse Fundo às instituições conveniadas ou parceiras." 11

SEGURIDADE SOCIAL 11

Alíquota única de contribuição previdenciária paga pelo empregado 11

PL 2611/2022 - Autoria: Dep. ALEXANDRE FROTA (PSDB/SP), que "Reduz a faixa de Contribuição Previdenciária paga pelo trabalhador junto ao Instituto Nacional de Previdência Social" 11

INTERESSE SETORIAL 12

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E OFFSHORE 12

Destinação de percentual de receitas de portos para compensação de municípios afetados por atividades portuárias 12

PL 2631/2022 - Autoria: Sen. Flávio Arns (PODEMOS/PR), que "Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para autorizar destinação de percentual de receitas de portos para compensação de Municípios afetados por atividades portuárias." 12

ENERGIA ELÉTRICA 13

Sustação das resoluções que tratam da definição da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) 13

PDL 365/2022 - Autoria: Dep. Danilo Forte (UNIÃO/CE), que "Susta as RESOLUÇÕES NORMATIVAS ANEEL nº 1.024, de 28 de junho de 2022, que aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013, e nº 1.041, de 20 de setembro de 2022, que aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica." 13

EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS MÉDICOS 13

Criação de programa de proteção e educação para crianças diabéticas 13

PL 2604/2022 - Autoria: Dep. José Nelto (PP/GO), que "Dispõe sobre medidas para assegurar e educar crianças diabéticas." 13

FARMACÊUTICA 14

Sustação de resolução que aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente 14

PDL 362/2022 - Autoria: Dep. Rafael Motta (PSB/RN), que "Susta a Resolução nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, que "Aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa." 14

MINERAÇÃO 14

Permissão de licenciamento de lavras de pedreiras em unidades do Parque Nacional 14

PL 2623/2022 - Autoria: Dep. Mara Rocha (MDB/AC), que "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para permitir o licenciamento de lavras de pedreiras em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Conservação, para exploração por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para obras de infraestrutura fundamentais para a população" 14

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL 16

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA 16

QUESTÕES INSTITUCIONAIS 16

GASTO PÚBLICO 16

Alteração de anexos do Plano Plurianual para o Quadriênio 2020 a 2023 16

PL 431/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 73/22 - Altera a lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2020 a 2023..... 16

SISTEMA TRIBUTÁRIO 16

Alteração de legislação para dispor sobre tratamento tributário 16

PL 434/2022, de autoria do Dep. Natan Sperafico (PP), que altera a redação do caput do artigo 1º da lei nº 14.895, de 9 de novembro de 2005, com redação dada pela lei nº 15.634, de 27 de setembro de 2007, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu. 16

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Criação de lista pública antimarketing de consumidores

PL 2600/2022 - Autoria: Dep. RONALDO MARTINS (REPUBLICANOS/CE), que "Disciplina o marketing direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona."

Cria a lista pública (lista antimarketing), para registro dos consumidores que não desejam receber ofertas comerciais ou cobranças por meio de telemarketing.

- É vedado ao fornecedor apresentar ofertas comerciais por meio de marketing direto ativo ao consumidor cadastrado na lista de que trata esta proposta, salvo autorização prévia e expressa.

- Não poderá o fornecedor apresentar ofertas comerciais por meio de telemarketing a qualquer consumidor constante ou não da lista: (i) aos sábados, domingos e feriados, em qualquer horário; (ii) em dias úteis, entre as 18h e 10 horas do dia seguinte, exceto em caso de autorização específica do consumidor.

Em caso de descumprimento responderá o fornecedor às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, por cada consumidor incluído na lista antimarketing que receba oferta comercial ou cobranças por meio de telemarketing.

- Incorre nas penalidades a serem aplicadas, de forma solidária: (i) a empresa proprietária dos bens, serviços e direitos; (ii) a empresa ou particulares contratados pela empresa descrita no inciso anterior; (iii) as empresas ou particular com sede ou domicílio em qualquer Estado da Federação.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Vínculo empregatício para trabalhadores de plataformas digitais de entregas de mercadorias e de aplicativos de transporte e proibição de trabalho intermitente

PL 2619/2022 - Autoria: Dep. ALEXANDRE FROTA (PSDB/SP), que "Ficam obrigadas as plataformas digitais de entrega de qualquer tipo de mercadoria e de aplicativos de transporte de passageiros a realizar o registro na Carteira de Trabalho, com todos os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho."

Obriga a contratação como empregado dos trabalhadores de plataformas digitais de entregas de mercadorias e de aplicativos de transporte.

- Exige que as plataformas digitais prestadoras dos serviços desta natureza contratem um seguro de vida e acidentes pessoais para estes trabalhadores.

Proíbe o contrato de trabalho intermitente para trabalhadores de plataformas digitais de entregas de mercadorias e de aplicativos de transporte.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Criminalização da prática de violência eleitoral no ambiente de trabalho

PL 2586/2022 - Autoria: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), que "altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Institui o Código Eleitoral) e a Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021, na parte que dispõe sobre crimes contra o Estado Democrático de Direito, para dispor sobre conduta de empregador, contratante, prestador ou tomador de serviço e parceiro que, no ambiente laboral ou em decorrência do contrato de trabalho, de prestação de serviço ou parceria, ofereça, prometa ou solicite voto para si ou para outrem em troca de dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem."

Altera o Código Eleitoral e o Código Penal, para aumentar a pena decorrente da prática do crime de violência eleitoral pelo empregador que ofereça, prometa ou solicite voto para si ou para

outrem em troca de dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem.

- O aumento da pena será de 1/3 até metade.

A legislação atual prevê a pena de reclusão, de três a seis anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Restrições para pessoas jurídicas cujos sócios ofendam seus empregados em razão de opinião política

PL 2587/2022 - Autoria: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), que "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, para aplicar restrições a pessoas jurídicas cujos sócios ou dirigentes adotem condutas de ofensa, prejuízo ou redução de direitos e bens contra seus empregados, prestadores de serviço ou parceiros, em razão da liberdade de consciência e opinião política e dá outras providências."

Altera a Lei de Licitações para impor restrições a pessoas jurídicas cujos sócios ou dirigentes adotem condutas de ofensa, prejuízo ou redução de direitos e bens contra seus empregados, prestadores de serviço ou parceiros, em razão da liberdade de consciência e opinião política, bem como de acesso a recursos públicos.

- Proíbe, pelo prazo de cinco anos, a disputa de licitação ou a participação na execução de contrato, direta ou indiretamente, às pessoas jurídicas cujos sócios ou dirigentes, prejudique a fruição de bens e direitos sobre a opinião política de pessoa física ou jurídica que sejam empregados, prestadores de serviço ou parceiros.

- Veda a concessão de crédito em condições favoráveis por parte de instituições oficiais, além de qualquer forma de subsídio ou benefício com recursos oriundos direta ou indiretamente do

orçamento público.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Dano extrapatrimonial decorrente da ofensa de empregadores sobre a opinião política dos empregados

PL 2590/2022 - Autoria: Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), que "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a caracterização de dano de natureza extrapatrimonial a ofensa, prejuízo ou redução de direitos e bens praticada por empregadores em razão da liberdade de consciência e opinião política dos empregados."

Altera a CLT para caracterizar como dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão do empregador que ofenda, prejudique ou reduza a fruição de bens e direitos na esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, incluída a liberdade de consciência, de opinião política e de atuação sindical, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

CUSTO DE FINANCIAMENTO

CRÉDITO SUBSIDIADO

Instituição de medidas de estímulo por meio de linhas de crédito às startups e às MPes

PL 2591/2022 - Autoria: Dep. Dr. Leonardo (REPUBLICANOS/MT), que "Dispõe sobre medidas de estímulo às startups, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas."

Estabelece que as instituições financeiras priorizarão contratações com startups, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas nas operações

de crédito realizadas ou garantidas, total ou parcialmente, mediante a utilização de recursos públicos.

- Infere que os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na aplicação de seus recursos, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos recursos repassados ao BNDES, priorizarão, no mínimo, 30% do valor das operações concedidas a linhas de crédito a startups, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

Criação de linhas de crédito ao micro e pequeno empreendedor concedido pelo BNDES

PL 2617/2022 - Autoria: Dep. ALEXANDRE FROTA (PSDB/SP), que "Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) serão criadas linhas de crédito ao micro e pequeno empreendedor e dá outras providências."

Obriga o BNDES a conceder crédito especial para micros e pequenos empreendedores.

- Serão concedidos a juros menores que os praticados no mercado financeiro a taxa máxima de 50%.

- O valor solicitado de crédito especial para as micros e pequenas empresas poderão ultrapassar em 50% do valor de seu faturamento anual nos casos em que:

I - a micro ou pequena empresa não tenha apuração de seu valor anual, por ter sido criada a menos tempo, o valor será reduzido ao seu capital social;

II - estimular o empreendedor estes percentuais que poderão ser alterados de acordo com a comprovação de interesse social da empresa ou prospecção de faturamento.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

INFRAESTRUTURA

Definição de obras de infraestrutura de construção de pontes e estradas como de utilidade pública

PL 02589/2022 - Autoria: Dep. Mara Rocha (MDB/AC), que "Altera a Lei 12.651/2012 e Lei nº 6.001/1973, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de construção de pontes e estradas asfaltadas ou não, nas áreas de Preservação Permanente, Áreas de Proteção Ambiental, áreas de Reservas Indígenas ou não indígenas e Parques Nacionais, com o objetivo de interligar comunidades, municípios e estados"

Considera como de utilidade pública as obras de infraestrutura de construção de pontes, estradas e obras de arte necessárias à segurança delas, que provoquem intervenção ou supressão de vegetação nativa em áreas de Preservação Permanente, de Proteção Ambiental, de Reservas Indígenas ou não indígenas e Parques Nacionais.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

SISTEMA TRIBUTÁRIO

CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS

Redução de alíquota da contribuição social patronal sobre a folha salarial do setor de saúde

PL 2595/2022 - Autoria: Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF), que "Dispõe sobre a redução de alíquota da contribuição social patronal sobre a folha salarial do setor de saúde."

Reduz de 20% a 1% as alíquotas da contribuição destinadas à Seguridade Social das empresas do setor de saúde de atendimento hospitalar.

- Estabelece que o Poder Executivo federal estimará o montante da renúncia fiscal e promoverá

as devidas compensações necessárias.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

INFRAESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇÃO

Demonstração de transparência e da regularidade dos repasses de recursos do FUNDEB ao Sistema S

PL 2593/2022 - Autoria: Dep. Dr. Leonardo (REPUBLICANOS/MT), que "Acrescenta parágrafo ao art. 31 da Lei nº 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, para incluir, na prestação de contas da utilização dos recursos, a demonstração da transparência e da regularidade dos repasses de recursos financeiros desse Fundo às instituições conveniadas ou parceiras."

Inclui, na prestação de contas da utilização dos recursos do FUNDEB pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, a demonstração da transparência e da regularidade dos repasses de recursos, entre outros, realizados às instituições de educação profissional técnica de nível médio dos serviços sociais autônomos, relativas ao cômputo das matrículas referentes à educação profissional técnica de nível médio articulada e das matrículas relativas ao itinerário de formação técnica e profissional.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

SEGURIDADE SOCIAL

Alíquota única de contribuição previdenciária paga pelo empregado

PL 2611/2022 - Autoria: Dep. ALEXANDRE FROTA (PSDB/SP), que "Reduz a faixa de

Contribuição Previdenciária paga pelo trabalhador junto ao Instituto Nacional de Previdência Social"

Define que todas as alíquotas incidentes sobre o salário a título de contribuição previdenciária do trabalhador passarão para o percentual único de 7,5%.

- Estabelece que não haverá redução no cálculo da aposentadoria do trabalhador brasileiro.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

INTERESSE SETORIAL

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E OFFSHORE

Destinação de percentual de receitas de portos para compensação de municípios afetados por atividades portuárias

PL 2631/2022 - Autoria: Sen. Flávio Arns (PODEMOS/PR), que "Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para autorizar destinação de percentual de receitas de portos para compensação de Municípios afetados por atividades portuárias."

Destina até 1,5% da receita auferida nos portos delegados para compensação aos Municípios afetados pela atividade portuária.

- Atualmente, a receita é aplicada em obras complementares, no melhoramento, na ampliação de capacidade, na conservação e na sinalização da rodovia em que for cobrado o pedágio ou tarifa portuária e nos trechos rodoviários que lhe dão acesso ou nos portos que lhe derem origem.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

ENERGIA ELÉTRICA

Sustação das resoluções que tratam da definição da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

PDL 365/2022 - Autoria: Dep. Danilo Forte (UNIÃO/CE), que "Susta as RESOLUÇÕES NORMATIVAS ANEEL nº 1.024, de 28 de junho de 2022, que aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013, e nº 1.041, de 20 de setembro de 2022, que aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica."

Susta as Resoluções Normativas Aneel nº 1.024, de 28 de junho de 2022, e nº 1.041, de 20 de setembro de 2022, que tratam da definição da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS MÉDICOS

Criação de programa de proteção e educação para crianças diabéticas

PL 2604/2022 - Autoria: Dep. José Nelto (PP/GO), que "Dispõe sobre medidas para assegurar e educar crianças diabéticas."

Cria o programa de proteção e educação para crianças diabéticas tipos 1 e 2 que oferecerá distribuição gratuita de aparelho medidor de glicose e atividades formativas para reeducação alimentar.

- Define que as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias,

Gerência de Relações Governamentais
nº 31. Ano XVI. 27 de outubro de 2022

suplementadas se necessário.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

FARMACÊUTICA

Sustação de resolução que aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente

PDL 362/2022 - Autoria: Dep. Rafael Motta (PSB/RN), que "Susta a Resolução nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, que "Aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.""

Susta os efeitos da Resolução Nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, do Conselho Federal de Medicina, que aprova o uso do canabidiol, de forma exclusiva para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

MINERAÇÃO

Permissão de licenciamento de lavras de pedreiras em unidades do Parque Nacional

PL 2623/2022 - Autoria: Dep. Mara Rocha (MDB/AC), que "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para permitir o licenciamento de lavras de pedreiras em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Conservação, para exploração por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para obras de infraestrutura fundamentais para a população"

Permite o licenciamento de lavras de pedreiras em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Conservação do Parque Nacional, para exploração por parte do Governo Federal, Estadual e

Gerência de Relações Governamentais
nº 31. Ano XVI. 27 de outubro de 2022

Municipal, para obras de infraestrutura fundamentais para a população.

- Determina que as pedreiras serão supervisionadas pelos órgãos ambientais para garantir que a exploração se dará apenas nas quantidades necessárias para a conclusão das obras que autorizaram a exploração da lavra.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Fonte: CNI

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

GASTO PÚBLICO

Alteração de anexos do Plano Plurianual para o Quadriênio 2020 a 2023

PL 431/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 73/22 - Altera a lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2020 a 2023.

Promove alterações no anexo I e II da Lei nº 20.077 de 2019, para dispor sobre os programas finalísticos, relacionado com as iniciativas e metas do Plano Plurianual de 2020/2023, visando a adequação técnica e de contexto, a fim de aperfeiçoar o Plano Plurianual vigente no Estado do Paraná.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Encaminhada à sanção (Prot. 19.460.793-8 - 26/10/2022)

Fonte: Sistema Fiep

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Alteração de legislação para dispor sobre tratamento tributário

PL 434/2022, de autoria do Dep. Natan Sperafico (PP), que altera a redação do caput do artigo 1º da lei nº 14.895, de 9 de novembro de 2005, com redação dada pela lei nº 15.634, de 27 de setembro de 2007, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu.

Pretende alterar o caput da Lei 14.895/2005 para dispor sobre o tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e informática, localizados nos Municípios e Foz do Iguaçu, Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Toledo, municípios com funcionamento, nesta data, de Universidades Federal Tecnológica, fica outorgado o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte

Gerência de Relações Governamentais
nº 31. Ano XVI. 27 de outubro de 2022

Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

A presente norma questão visa equalizar o tratamento tributário, em relação ao ICMS, conferido aos municípios que são sede de Universidade Federal Tecnológica – UTFPR.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 27/10/2022

Fonte: Sistema Fiep

NOVOS PROJETOS DE LEI: Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.